



### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Francisco Adilson da Silva

RG nº 008.517.572, data de expedição 6/10/03, Órgão ITEP

CPF nº 062.828.974-08, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>TV Riacho Doce</u>
Número	<u>1653</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Barrocas</u>
Cidade	<u>Moçoão</u>
Estado	<u>Rio Grande do Norte</u>
CEP	<u>59.621-390</u>
Telefone de Contato	<u>(84) 9.8842 5153</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Moçoão

Assinatura do Declarante: Francisco Adilson da Silva

689800413



## PROCURAÇÃO

### **OUTORGANTE(S)**

**FRANCISCO AILSON DA SILVA**, brasileiro, solteiro, vendedor, portador de identidade (RG) sob o nº. 002.517.572 SSP/RN, inscrito no CPF de nº. 062.828.974-08, Residente e domiciliado na Tv. Riacho Doce nº 1653, Bairro Barrocas-Mossoró/RN. 59.621-390.

### **OUTORGADO(S)**

**ALLEN DE MEDEIROS FERREIRA**, brasileiro, advogado OAB-RN nº 7621, endereço profissional no rodapé.

### **PODERES**

Todos os poderes constantes da cláusula "*ad judicium et extra*" para o foro em geral e processos administrativos, podendo em qualquer juízo, instância ou tribunal, justiça especial, comum, federal, pequenas causas, em conjunto ou separadamente, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, até o final da decisão, interpondo caso necessário e por convicção os recursos os recursos, meios, institutos e remédios jurídicos permitidos em lei, conferindo-lhes ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, praticar atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive extra judiciais de representação de defesa perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios e desdobramentos em qualquer natureza, entidades paraestatais e, ainda, perante quaisquer pessoa física em geral, podendo os outorgados, agindo em conjunto ou separadamente, substabelecer a presente em outras de igual teor e validade, a quem lhes convier, com ou sem reserva de iguais poderes. A outorgante concede poderes específicos ao outorgado para interpor **AÇÃO CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face do **ITAU UNIBANCO S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 60.701.190/4190-59, com endereço na Av. Alberto Maranhão, 1855 – Centro – Mossoró/RN, CEP 59.600-195.

**Mossoró 31 de Julho de 2018**

x Francisco Ailson da Silva  
**FRANCISCO AILSON DA SILVA**  
(OUTORGANTE)





## DECLARAÇÃO

Eu, FRANCISCO AILSON DA SILVA  
residente na Rua/Av. TV RIACHO DOCE, nº 1653  
Bairro PARDOAS, Cidade MOSSORÓ /RN, portador do RG nº 002 517.672  
declaro para os devidos fins, e amparado no Art. 1º da Lei nº 7.115/83, em acordo com a  
declaração firmada pelas testemunhas abaixo que sou pobre na forma da Lei.

\* Francisco Ailson da Silva  
assinatura

Mossoró-RN, 31 de JULHO de 2018

### Testemunhas

Nome Lorena Nely N. Alonizio  
RG 002 517.470  
Endereço Rua Antonio Pimenta 430, Dom Sordim - Mossoró / RN  
Assinatura Lorena Nely N. Alonizio

### Testemunhas

Nome Vitor Henrique Cunha Petreus  
RG 086.383.134-62  
Endereço Al. Alberto Maranhão N.º 1820  
Assinatura Vitor Henrique Cunha Petreus

Lei nº 7.115 de 29 de Agosto de 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que  
indica, e dá outras providências.

### O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o (a) declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.





SAMU  
MOSSORÓ  
192

Prefeitura Municipal de Mossoró  
Secretaria Municipal da Saúde  
SAMU MOSSORÓ 192

**DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 879**

Mossoró 27 de Dezembro de 2017

Em resposta a solicitação do (a) Sr. (a): **JACINTA MARIA DE LIRA, 54 anos,**

**RG: 001.142.451** passo a informar o que consta em nosso registro.

**Identificação da ocorrência: S/N**

**Nome do Paciente: FRANCISCO AILSON DA SILVA, 32 anos.**

**Data: 08/12/2017**

**Local da ocorrência: Barrocas**

**Viatura: USB – Unidade de Suporte Básico 03**

**Hora do Chamado: 19h 37min.**

**Natureza da Ocorrência: Queda de moto.**

**Procedimento no Local: Paciente socorrido de acordo com os protocolos SAMU, encaminhado para o Hospital Regional Tarcísio Maia, conforme regulação médica.**

**Silvania do Monte Santiago**

**Matrícula 5868-2**

**Agente administrativo SAMU/Mossoró**

**Dixon Fradik Medeiros de Lima**

**Matrícula 405418-2**

**Diretor do SAMU/ Mossoró**

*SAMU – Mossoró*

*Rua: Sels de Janeiro, 509 – Santo Antônio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN  
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915  
e-mail: [samumossoro@hotmail.com](mailto:samumossoro@hotmail.com)*



Exame, Prescrição e Tratamento, com  
quadro de faturamento  
Se encontra em fase de  
de manuseio

em 30/01/18

Exame

*[Assinatura]*

16/09/18

Dr. Guilherme Garcia Rigoli  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 10.111/1101-12041

www.iotmossoro.com.br  
(84) 4109-0208 / 99700-5408  
Rua Duodécimo Rosado, 1430, Nova Betânia - Mossoró - RN  
CEP: 59607-020







Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA NETO

REGISTRO N°

2.623 098

### PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: FRANCISCO AILSON DA SILVA D. N. 11/06/85 Idade: 33  
Profissão:  Cartão SUS n°   
Endereço: Rua: TRAV. RIACHO DOCE 1653 Bairro: BARRECHI  
Cidade: Mossoró U.F. RN Fone:   
Filiação: Mãe: JOSEFINA MARIA DA SILVA Pai:

Data: 08/12/17

Hora: 20:34

A.C.C.R.: VERDE

#### 1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Paciente vítima de acidente automobilístico envolvendo veículo de motorista, no curso de 1 hora, transportado pelo SAMU em ambulância. Não queda do corpo. Níveis e exames que foram realizados.  
Paciente relatou dor no pescoço.

#### 2 - EXAME FÍSICO

Paciente acordado e orientado no tempo e espaço.  
A. Visto sem alterações primárias e secundárias.  
B. Mucosas orais e audição satisfatoriamente e sem responsabilidade presente.  
C. FC 90 BPM e hemodinamicamente normal.  
D. ECG 15 e pupila reativa e fotofugitiva.  
E. Exame físico sem alterações e exames físicos, afecção sem sinais de instabilidade primária.

#### 3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Doença aguda de origem traumática

26/12/2017  
BIN

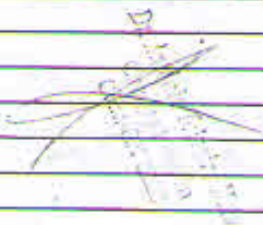
**CONDUITA MÉDICA**

Data: 08/12/2017

Hora: 01:00

Soluto

Proceder da ortopedia por um joelho direito e mobilizar  
Alta da cirurgia para



Ortopedia

Co. R. Fr. Placa Atrial

Co. Lado da cirurgia  
Ort. e Pl. Atrial

Dr. Igo Valente M. de Oliveira  
ORTOPEDIA - ORTODONTOLÓGIA  
CRM 125.125

Ortopedia - Ortolia - Alta hospitalar  
Ort. e Pl. Atrial  
Ao ambulatório

Dr. Igo Valente M. de Oliveira  
ORTOPEDIA - ORTODONTOLÓGIA  
CRM 125.125

**PRESCRIÇÃO MÉDICA**

DATA E HORA	PRESCRIÇÃO	VIA	ENFERMAGEM	
			HORÁRIO	ASSINATURA
	Med. de rotina 1g x 2 12h		11	
	Placa joelho			
	Dr. Igo Valente M. de Oliveira ORTOPEDIA - ORTODONTOLÓGIA CRM 125.125			
	D. Viperone 1g. 12h 2x 6h		22h	10/16
	250 0.5h 12h - IV p/ 24h		1, 2	
	Dr. Igo Valente M. de Oliveira ORTOPEDIA - ORTODONTOLÓGIA CRM 125.125			

**DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S)**

Fr. pl. Atrial

Dr. Igo Valente M. de Oliveira

26/12/2017

99.

**CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO**

( ) ALTA DO PRONTO SOCORRO ( ) INTERVENÇÃO HOSPITALAR ( ) TRANSFERÊNCIA ( ) OUTROS (Descrever)

Observações:

Observação hospitalar por 12h

Dr. Igo Valente M. de Oliveira  
ORTOPEDIA - ORTODONTOLÓGIA  
CRM 125.125

Identificação Médica

Data: 08/12/17

Hora:





Do S15 R56

SUS Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE Franciscoilton de Silva		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
9 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>		10 - RAÇA/COR	
11 - NOME DA MÃE		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD Nº DO TELEFONE	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL		14 - TELEFONE DE CONTATO DDD Nº DO TELEFONE	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	
17 - CDD. BOM MUNICÍPIO		18 - UF	
19 - CEP			
JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO			
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Queda de nível em fratura fechada.			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Intervenção de cirurgia.			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Rx e tomografia			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL LX (fratura fechada)			
24 - CID 10 PRINCIPAL S82.3			
25 - CID 10 SECUNDÁRIO			
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS			
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Osteossíntese de fratura			
28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 04.06.05.05.1			
29 - CLÍNICA Ortopedia			
30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO Impar			
31 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF			
32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE			
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Dr. Allen de Medeiros Ferreira			
34 - DATA DA SOLICITAÇÃO 08/12/17			
35 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO Médico Especialista em Ortopedia e Traumatologia			
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO			
37 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO			
38 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO			
39 - CNPJ DA SEGURADORA			
40 - Nº DO BILHETE			
41 - NOME			
42 - CNPJ EMPRESA			
43 - CNPJ DA EMPRESA			
44 - CNPJ			
45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			
47 - CDD. EMISSÃO EMISSOR			
48 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR			
49 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF			
50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			
51 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO			





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

Exame de A. do S.

Atividade prescrita para ser

feita de 10 a 15 minutos

para o exame de A. do S.  
Resposta: 60 minutos de repouso  
Café 8h30

Data: 10/03/18  
Assinatura e Carimbo  
Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (54) 3315-4830 - Mossoró - RN



CENTRO CLINICO PROF. VANDERLEI  
Rua Alvaro Pena, 152 - Bom Jardim  
Maceió - AL - 54060-000

CENTRO CLINICO PROF. VANDERLEI  
Rua Alvaro Pena, 152 - Bom Jardim  
Maceió - AL - 54060-000

Dr. Fes Alves

Dr. Antônio

Dr. Antônio

Dr. Fes Alves  
Teste

Dr. Antônio

Dr. Antônio

Tramite 1 de 1

Dr. Antônio

Tramite 1 de 1

Dr. Antônio

Dr. Antônio

Dr. Antônio

Dr. Antônio





Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Lider-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180180571 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO AILSON DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME - Filial/RN

BENEFICIÁRIO FRANCISCO AILSON DA SILVA

CPF/CNPJ: 06282897408

Posição em 15-06-2018 09:39:22

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta para seu endereço com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
09/06/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	
25/04/2018	Exigência Documental	
25/04/2018	Aviso de Sinistro	



## ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2006)

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos	Corporais	Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico			
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores			100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés			
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior			
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral			
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica			
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital			
Danos	Corporais	Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores			
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos			70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores			
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés			50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar			25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo			
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão			10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé			
Danos	Corporais	Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais			
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho			50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral			25
Perda integral (retirada cirúrgica) do beço			10



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º andar, Costa e Silva - 59625-410 - Mossoró/RN - Fone: 84-3315-7181

0816590-68.2018.8.20.5106

**DECISÃO**

Vistos etc.

Considerando o que estabelece o art. 2º, I, da Resolução nº 29/2017-TJ, de 09 de agosto de 2017, que dispõe sobre a alteração de competência da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, para, privativamente processar e julgar os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), remetam-se os presentes autos ao Juízo da 6ª Vara Cível desta Comarca.

Intimem-se.

Mossoró/RN, 27 de agosto de 2018

CARLA VIRGINIA PORTELA DA SILVA ARAUJO

Juíza de Direito







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

PROCESSO Nº 0816590-68.2018.8.20.5106

#### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfeitibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 03 de setembro de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

### CITAÇÃO

**Processo nº :** 0816590-68.2018.8.20.5106

**Ação:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**Parte Autora:** FRANCISCO AILSON DA SILVA

**Parte Ré:** ITAU UNIBANCO S.A.

Ao (À): Srº(Srª):

**N o m e :** I T A U U N I B A N C O S . A .  
**Endereço:** Avenida Alberto Maranhão, 1855, - lado ímpar, Centro, MOSSORÓ - RN - CEP: 59600-190

De ordem do Exmo(a). Sr(a) Juiz(a) DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, nos autos nº 0816590-68.2018.8.20.5106, em que FRANCISCO AILSON DA SILVA, move em desfavor de ITAU UNIBANCO S.A., na forma da lei e em conformidade com o despacho judicial, proferido nos autos do processo acima identificado, fica Vossa Senhoria CITADA para oferecer resposta (pelo portal abaixo descrito e por advogado) ao pedido contido na referida ação, bem como informar se há possibilidade de acordo, tudo no prazo legal de 15 (quinze) dias, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

**ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

Mossoró/RN, 6 de setembro de 2018





Assinado digitalmente (Lei nº 11.419/06)

**ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS**

Auxiliar Técnica

Visualização das peças do respectivo processo se dará através das chaves de acesso descritos na tabela abaixo, acessando-as através do sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no endereço [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br) ( *link PJE / Autenticidade de documentos / Consultar nº do documento* ) ou <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>.

***Documentos associados ao processo***

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	18082716512410400000029985555
01 Documentação	Documento de Identificação	18082716325833500000029985591
02 Declaracao de residencia	Documento de Comprovação	18082716345983500000029985704
03 Procuracao	Procuração	18082716354132500000029985738
04 Declaracao de Gratuidade	Outros documentos	18082716364470700000029985801
06 Declaracao de Atendimento Samu	Outros documentos	18082716382341200000029985910
07 Receituário	Outros documentos	18082716402237900000029985994
08 Atendimento Medico Hospitalar	Outros documentos	18082716404253900000029986011
09 Atendimento Medico Hospitalar	Outros documentos	18082716410964700000029986025
10 Laudo de Internacao	Outros documentos	18082716440512500000029986156
11-12 Receituários	Outros documentos	18082716461450600000029986306
13 Consulta pelo Sinistro	Outros documentos	18082716462967000000029986316
TABELA DPVAT	Outros documentos	18082716474516100000029986384
Decisão	Decisão	18082717123773600000029987462
Despacho	Despacho	18090310033344600000030176388





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

### **CERTIDÃO**

**(Com base no art. 6º da Portaria Conjunta nº 016-TJ, de 23 de março de 2018)**

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a Citação do ITAU UNIBANCO S.A foi disponibilizado no DJE nº 3090170, de 10/09/2018 e conforme resolução nº 034/2007-TJRN, de 18 de outubro de 2007, **PUBLICADO no dia 11/09/2018, no DJE.**

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 11 de setembro de 2018

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnica





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0816590-68.2018.8.20.5106

AUTOR: FRANCISCO AILSON DA SILVA

RÉU: ITAU UNIBANCO S.A.

### **Decisão**

Em certidão retro, foi certificada a citação da parte demandada por meio do DJE, em razão disto, passo às seguintes considerações.

O Tribunal de Justiça do RN, editou a portaria conjunta nº 16/TJ, de 23 de março de 2018a qual instituiu o cadastro de pessoas jurídicas de direito privado, para fins de citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam no Sistema Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O §1º do artigo 1 da Portaria assim dispõe:

*“Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, seus municípios, as entidades da administração indireta, o Ministério público, a Defensoria Pública e Advocacia Pública, efetuem seu cadastro no SISCAD-PJ, caso ainda não tenham órgãos de representação cadastrados no sistema PJs(1º e 2º graus), no prazo de 60(sessenta) dias, para efeito de recebimento de citações e intimações eletronicamente, conforme o disposto nos artigos 246, §§1º e 2º do artigo 270, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*





*O §2º prevê que as filiais podem ser cadastradas pela empresa ou entidade matriz.*

Com base nesta portaria, a secretaria unificada desta comarca passou a proceder a citação via Diário da Justiça Eletrônica por volta do dia 13 de agosto de 2018.

Contudo, a empresa demandada SEGURADORA LÍDER, não se encontra cadastrada nos termos da portaria, desta feita, não pode ser portanto penalizada com a decretação da revelia em razão de possível nulidade de citação. Em razão desta situação, foi determinada a expedição de ofício à demandada para providenciar o seu cadastro, bem como encaminhada listagem dos processos onde houveram citações eletrônicas, para que seus causídicos se habilitassem e apresentassem resposta.

Considerando que o ofício enviado foi recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, como comprovado mediante acompanhamento deste gabinete, determino o seguinte:

- 1) a devolução do processo para secretaria para aguardar o decurso do prazo de vinte dias para as devidas habilitações e cadastro no PJE.
- 2) em seguida, a intimação via Diário de Justiça Eletrônica, da empresa demandada, para querendo apresentarem contestação no prazo legal.
- 3) No caso dos processos em que tenham havido já a habilitação e apresentação de resposta, desconsiderar os itens 1) e 2) e fazer a conclusão dos autos.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

Mossoró, 26 de novembro de 2018.

**DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE**



JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**Processo nº** 0816590-68.2018.8.20.5106

**Ação:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**Parte Autora:** FRANCISCO AILSON DA SILVA

**Parte Ré:** RÉU: ITAU UNIBANCO S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo de 20 (vinte) dias, do ofício recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, sem apresentação da contestação nos presentes. Outrossim, em face da determinação constante na decisão de ID 34996912, remeto os autos para citação da parte requerida pelo Diário da Justiça Eletrônico – DJE.

Mossoró/RN, 26 de fevereiro de 2019.

ÂNGELA MARIA SOARES DA COSTA

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carnaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN

PROCESSO N 0816590-68.2018.8.20.5106

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que a decisão retro foi disponibilizado no DJE nº 03257925, de 14/03/2019 e, conforme resolução nº 034/2007-TJRN, **PUBLICADO no dia 15/03/2019.**

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnico(a)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**Processo nº:** 0816590-68.2018.8.20.5106

**Ação:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**Parte Autora:** FRANCISCO AILSON DA SILVA

**Parte Ré:** RÉU: ITAU UNIBANCO S.A.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que decorreu o prazo do item 02 da Decisão de ID 34996912, sem que a parte demandada tenha apresentado contestação a presente ação.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 3 de maio de 2019

MICHEL VICTOR DAMASCENO RIBEIRO

Aux. Técnico



**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito.

Mossoró/RN, 3 de maio de 2019

MICHEL VICTOR DAMASCENO RIBEIRO

Aux. Técnico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0816590-68.2018.8.20.5106

AUTOR: FRANCISCO AILSON DA SILVA

RÉU: ITAU UNIBANCO S.A.

### DECISÃO

Tendo em vista a ausência de contestação da parte ré, observando a Portaria Conjunta nº 16/TJ, vigente desde o dia 23 de março de 2018, decrete a revelia em relação a esta.

No entanto, considera-se imprescindível a realização da perícia nas ações de cobrança de Seguro DPVAT para o aferimento do grau de repercussão da lesão advinda do sinistro e, conseqüentemente, para que se possa quantificá-la, a fim de chegar-se ao valor devido ao(a) autor(a) pela seguradora.

O Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em sua cláusula primeira consta expressamente:

1.1. A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos Magistrados em quaisquer ações que envolvam o seguro DPVAT, independente de qual seja entidade/seguradora demandada;

1.2. O magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada as partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;

1.3. As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).



A parte autora requereu a realização de perícia médica na petição inicial.

Destarte, defiro a perícia requerida.

Determino o encaminhamento dos presentes autos ao CEJUSC, através do fluxo "PJE CEJUSC DPVAT - PERÍCIA", para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos os autos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 20 de maio de 2019.

**UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES**

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DA REGIÃO OESTE

Origem: 6ª Vara Cível

"Quem concilia sempre sai ganhando!"

**ATO ORDINATÓRIO**

Com fundamento no art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, **INCLUO** o presente feito na pauta do Mutirão DPVAT de Perícias.

Para tanto, **INTIMO** à parte autora, para comparecer ao referido **MUTIRÃO**, que se realizará **no dia 22.08.2019 das 8h00 às 11h00min**, no 4º Andar do Fórum Dr. Silveira Martins, com endereço na Alameda das Carnaubeiras, 355 - Costa e Silva, munida de documento pessoal (Identidade e CPF) e exames médicos complementares.

Cientificando-o(a) de que, caso não compareça, deverá apresentar justificativa, dentro do prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção do processo.

INTIMO, ainda, os patronos das partes, para acompanharem a **PERÍCIA**, no dia e ora acima designado. Aludida intimação será realizada através de edital de intimação, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, contendo toda a pauta do **MUTIRÃO**.

Devendo, o causídico do autor, informar nos autos, o **ENDEREÇO ATUALIZADO** de seu constituinte contendo: nome da rua, número, bairro e CEP.

Mossoró, 17 de junho de 2019

**Ana Joelma do Amaral**

Auxiliar/Técnico/Chefe de Secretaria

CEJUSC/OESTE



**André Marcos Queiroz**

Auxiliar Técnico/Chefe de Secretaria em Substituição

CEJUSC/OESTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

### **CARTA-INTIMAÇÃO - MUTIRÃO PERÍCIA**

**Processo nº:** 0816590-68.2018.8.20.5106

**Nome:** FRANCISCO AILSON DA SILVA

**Endereço:** Travessa Riacho do Doce, nº 1653, Barrocas, MOSSORÓ - RN - CEP: 59621-390

Com a presente, expedida nos referidos autos, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** para comparecer **ao MUTIRÃO DE PERÍCIA, APRAZADO** para o dia **22.08.2019, das 08h as 11h**, que será realizada no 4º Andar do Fórum Dr. Silveira Martins, Na Alameda das Carinaubeiras, 355 – 4º Andar - Presidente Costa e Silva - CEP: 59625-410, Mossoró/RN, cientificando-o(a) de que, caso não compareça, deverá apresentar justificativa, dentro do prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção do processo.

MOSSORÓ/RN, 18 de junho de 2019

**Ana Joelma do Amaral**

Chefe de Secretaria

